

ACTA N.º 12

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 25 DE JUNHO DE 2009: -----

----- No dia vinte e cinco de Junho do ano de dois mil e nove, no Salão Nobre do edifício da Câmara Municipal de Mealhada, reuniu o Executivo Municipal, sob a presidência do Senhor Carlos Alberto da Costa Cabral, Presidente da Câmara Municipal, e com as presenças da Senhora Vice-Presidente, Maria Filomena Baptista Pereira Pinheiro e dos Senhores Vereadores, José Carlos Calhoa Morais, António Jorge Fernandes Franco, Gonçalo Miguel Lopes Breda Marques, João Fernando Oliveira Pires e Carlos Alberto Gonçalves Marques. ---- Secretariou a reunião a Chefe da Divisão Administrativa e Jurídica, Cristina Maria Simões Olívia, estando também presente na mesma a Técnica Superior, Maria Leonor Fernandes dos Santos. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Exmo. Presidente da Câmara, pelas 09 horas e 30 minutos, foram tomadas as seguintes deliberações: -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

1) O Senhor Presidente interveio para prestar as seguintes informações: -----

- Que comunicou ao seu advogado para apresentar no Tribunal uma queixa-crime contra Fernando Ferraz da Silva, a criatura que escreveu o texto no Jornal da Mealhada, referido na reunião anterior da Câmara Municipal, que o ofendeu profundamente como cidadão e Presidente da Câmara, e por isso entende que está na hora de dizer basta; -----
- Que tal como ficou decidido relativamente à questão levantada pelo Senhor Vereador Carlos Marques sobre a pedreira em Quintas de Mala, o assunto foi comunicado à Direcção Regional de Economia do Centro, à Agência dos Recursos Hídricos e CCDR Centro; -----
- Que teve uma reunião com três elementos da Direcção da Casa do Povo da Vacariça e que estes lhe comunicaram que relativamente à actual Coordenadora Clínica do Centro de Saúde de Mealhada, nunca a tinham contactado, mas sim o anterior Director, referindo terem sido bastante “maltratados” por este no sentido de não terem recebido qualquer atenção

quanto à questão da renda da Extensão de Saúde pois foram cedidas mais duas salas e não foi actualizado o valor da renda. A renda apenas é actualizada anualmente de acordo com o índice publicado no Diário da República, mas não passa disso, nem foram cumpridas as promessas de há cinco anos. A Casa do Povo da Vacariça informou que iria comunicar a situação à Administração Regional de Saúde do Centro e ao Centro de Saúde, com conhecimento à Câmara Municipal. -----

O Senhor Vereador Carlos Marques disse ficar satisfeito pelas diligências levadas a cabo pelo Senhor Presidente da Câmara e pela Câmara Municipal e constatou com satisfação que tudo o que trouxe à reunião de Câmara anterior afinal era verdade. A proposta apresentada por si e reprovada pelo Executivo fazia todo o sentido e faz votos que as diligências efectuadas tragam apoio à Casa do Povo da Vacariça. -----

O Senhor Vereador Breda Marques referiu que ficou satisfeito pelo facto de o Senhor Presidente se ter reunido com a Casa do Povo da Vacariça e ficou para ele certo que não faria sentido marcar uma reunião com a actual Directora do Centro de Saúde, uma vez que a direcção da Casa do Povo tinha solicitado tal reunião. -----

2) O Senhor Presidente voltou a intervir para referir que, em 27/09/2010 serão comemorados os 200 anos da Batalha do Buçaco – 3ª invasão francesa. Há algum tempo que a Câmara Municipal está a trabalhar no sentido de as comemorações terem muita dignidade, devendo ser dado bastante relevo ao acontecimento. Foi feita uma reunião informal com o Senhor General Matos Coelho, da Comissão do Exército para as comemorações da Guerra Peninsular, em que participaram também o Senhor Professor Doutor Manuel Augusto Rodrigues, a Doutora Alice Godinho, a Direcção da Associação dos Aposentados da Bairrada, Senhor Professor Manuel Santos, Dr. Branquinho, Dr. Nuno Salgado e D. Corália Canas, para se discutirem ideias sobre o que poderá ser organizado, para além das celebrações militares. Referiu ainda que em 2010 também será comemorado primeiro centenário da implantação da República, tendo a Câmara Municipal recebido por parte de uma Comissão da

Assembleia da República uma comunicação nesse sentido, a que naturalmente a Câmara Municipal aderiu. -----

2) O Senhor Presidente informou ainda que foi abordado no início da outra semana pelo Senhor Dr. Luís Teixeira, Director Clínico do Hospital da Misericórdia de Mealhada, para lhe transmitir que tinha pedido a demissão de Director Clínico do referido hospital e só poderia rever tal posição se fossem cumpridas uma série de condições, nomeadamente se fossem alteradas algumas situações que na sua perspectiva necessitam de correcção. Como médico do hospital poderia continuar ou não, contudo se não fossem revistas as questões que lhe pareciam mais graves, tal seria difícil. Referiu ainda que depois de ter conhecimento deste facto ouviu falar da demissão em bloco dos responsáveis médicos do hospital, o que achou ser uma situação muito grave. O Senhor Vereador Carlos Marques referiu que está preocupado com a realidade actual do Hospital da Misericórdia de Mealhada. A Câmara Municipal participou na construção de uma infra-estrutura de saúde pública, para estar ao dispor da população do Concelho, para além desta participação o Hospital estabeleceu alguns acordos com o Estado, nomeadamente o SIGIC, entre outros. Fala-se de entre outras coisas de “desvio de fundos” pelo que entende que a Câmara Municipal deveria manifestar a sua preocupação, no sentido de pedir ou exigir que alguma coisa se faça ou explique para resolver esta situação, já que estão em causa dinheiros públicos. -----

O Senhor Vereador João Pires questionou a Câmara Municipal e o Senhor Presidente no sentido de saber se tinham informações sobre o assunto, porque o que sabe ouviu e leu na imprensa. Entende que a Câmara Municipal deveria tomar uma posição sobre este assunto. Perguntou ainda se a Câmara tenciona ter alguma intervenção. -----

O Senhor Vereador Breda Marques interveio para manifestar a sua preocupação e apresentou a proposta que a seguir se transcreve: -----

Considerando: -----

- a demissão do director clínico, director adjunto e da maior parte do corpo clínico do Hospital da Misericórdia da Mealhada, e os fundamentos apresentados para as referidas demissões, os quais, envolvem acusações graves, nomeadamente, de gestão danosa, contratações de pessoal promovidas em função de laços familiares, a existência de situações diárias de risco nos

cuidados de saúde prestados aos doentes em consequência da falta de manutenção de equipamentos vários, a desmarcação de actos cirúrgicos em consequência de falta de pagamento a fornecedores, desvio de dinheiros destinados à área da saúde para outras actividades, etc, colocando em causa a credibilidade e o correcto e adequado funcionamento daquela Instituição do nosso concelho e dos cuidados de saúde aí prestados aos utentes;

- as constantes interpelações feitas a esta Câmara por parte da mesa administrativa da Santa Casa e do seu provedor no sentido de recolher apoio desta edilidade; -----

- O Hospital ter obtido por parte da Câmara Municipal uma comparticipação financeira no valor de 500.000 Euros para a sua construção; -----

Proponho que a Câmara Municipal solicite junto da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia uma reunião com carácter de urgência, com fim de obter todos os esclarecimentos sobre esta situação, sendo que, caso tal não venha a suceder deverá ser analisada a eventual necessidade de avançar com um pedido de averiguação das referidas situações, nomeadamente, através da intervenção da Inspeção das Actividades em Saúde, por forma a salvaguardar o bom nome e o adequado funcionamento do Hospital e de uma Instituição que conta com mais de cem anos de história. -----

O Vereador (Breda Marques) -----

O Senhor Vereador Carlos Marques disse concordar inteiramente com a proposta do Senhor Vereador Breda Marques, chamando à atenção para uma questão de pormenor que pode ser juridicamente relevante, é diferente falar-se de uma gestão ruínosa ou danosa, pois sempre ouviu dizer gestão ruínosa e não danosa. -----

O Senhor Vereador Calhoa Morais disse lamentar a situação, quando todos os esforços desenvolvidos também pela Câmara, tinham levado a que uma série de acordos importantes tivessem sido estabelecidos pelo Hospital da Misericórdia de Mealhada com diversas entidades públicas e não só. Disse ter falado com o Senhor Dr. Luís Teixeira e que este lhe transmitiu uma série de situações pouco regulares e o que ele comunicou será a ponta do “iceberg”. No futuro grande parte do funcionamento daquele hospital poderá depender do apoio financeiro e institucional da Câmara Municipal. -----

A Senhora Vice-Presidente referiu que o Senhor Dr. Luis Teixeira sempre manifestou confiança no sucesso do Hospital da Misericórdia de Mealhada, como um equipamento de referência, e sempre manifestou, que não necessitava de apoio financeiro, mas apenas institucional da Câmara

Municipal, e a verdade é que durante o tempo em que esteve á frente do hospital, o apoio financeiro nunca foi pedido. A Câmara Municipal sabe que o corpo clínico do hospital era muito forte, de muita qualidade, e que era uma mais valia no Concelho, uma vez que o hospital era escolhido por muitos devido à sua qualidade. Agora que esse corpo clínico também “abandonou o barco”, deve também ser uma preocupação a manutenção da qualidade do hospital. -----

O Senhor Vereador António Franco referiu que também está preocupado principalmente com os dinheiros públicos e preocupa-o também a credibilidade não só do Hospital da Misericórdia de Mealhada mas também das pessoas envolvidas no processo e concorda com a sugestão do Senhor Vereador Breda Marques. Referiu ainda que pensou que o problema do hospital estaria resolvido, uma vez que conheceu várias pessoas do corpo clínico que são uma referência na sua área. Muitas pessoas dirigiam-se ao hospital porque tinham confiança no corpo clínico. Acha que a Câmara deve continuar a apoiar o hospital de uma forma útil, não financeiramente, mas de outras formas, na tentativa de que o hospital recupere a sua credibilidade. -----

O Senhor Presidente disse que quando foi contactado pelo Senhor Dr. Luís Teixeira não se apercebeu da extensão do problema, porque pensou inicialmente que a demissão se restringia ao Director Clínico, mas soube depois na noite de 22 para 23 de Junho, que o problema era mais vasto, quando teve conhecimento da demissão em bloco da maioria do corpo clínico. É preocupante o que leu nos jornais diários e que foi transmitido pelo Senhor Dr. Luís Teixeira, no sentido de haver muitos laços familiares e não só entre o pessoal contratado pelo hospital. A situação é deveras preocupante e foi agora denunciada. Não se sente muito à vontade para falar sobre o assunto, uma vez que as instituições não devem servir objectivos político-partidários, tendo contudo sentido muitas vezes que o hospital era uma forma de ataque directo à sua pessoa. O que se leu nos jornais diários deve fazer as pessoas reflectir. --
A Câmara Municipal decidiu solicitar uma reunião ao Senhor Provedor e Mesa da Misericórdia. -----

O Senhor Presidente distribuiu fotocópia de uma carta recebida no correio do dia, do Dr. Luís Teixeira, com data de 23/06/2009, manifestando desejo de reunir com a Câmara, o que também foi aceite, por unanimidade. -----

3) O Senhor Vereador Breda Marques interveio para agradecer o convite para participar na Feira do Emprego organizada pela ACIM e Câmara Municipal. Teve muita pena de não poder estar presente, uma vez que lhe parece uma iniciativa muito importante, e penitenciou-se pelo facto de não ter podido justificar a ausência. -----

Referiu também que há uma preocupação que tem manifestado há alguns anos e que se prende com as valetas junto à estrada da zona de Casal Comba, pois as mesmas são fundas e perigosas. Acrescentou que viu uma solução que lhe pareceu interessante e que tem a ver com a colocação de umas grades em PVC, que é tão resistente como ferro, mas mais leve. Parece-lhe que assim resolvia-se o problema com ganhos em termos de segurança. -----

O Senhor Vereador António Franco disse já ter havido contactos com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba, no sentido de se encontrar uma solução para esse problema. Uma das soluções que se colocou foi em ferro, embora não exista com aquelas dimensões estruturas de ferro standarizadas, outra solução seria a aplicação de placas de betão perfurado, mas não está a ser fabricado. Para a parte a que se refere está previsto um loteamento que vai ser construído no local e que prevê a resolução do problema. O restante também terá de ser resolvido pela Câmara. -----

4) O Senhor Vereador Carlos Marques referiu que na edição anterior do Jornal da Mealhada houve uma noticia que se referia ao Parque Urbano em que o jornalista referiu algumas coisas que não correspondem ao que informou, pois na noticia constava que o Vereador Carlos Marques exigiria um inquérito aos funcionários envolvidos e falava ainda em corrupção da Câmara. Não concordou e fez uma carta ao Director do jornal requerendo uma rectificação da notícia. Referiu ainda lamentar algumas expressões por parte do Senhor Presidente e procedeu à leitura de uma Declaração, que a seguir se transcreve:

Nota de lamento -----

Muito recentemente o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mealhada usou de expressões, para comentar a minha actividade politica, que não se coadunam com o exercício

do cargo que ocupa. Esta é a minha perspectiva. -----
Quem não se recorda do "**Não tenho tempo para perder com cães...**" -----
que foi tema de conversa um pouco por todo o lado e que motivou, inclusive, reacções públicas
de desagrado nos diversos quadrantes do espectro político Concelhio. -----
Até em Sessão de Assembleia Municipal foi motivo de intervenção das várias bancadas, tendo o
Senhor Presidente da Câmara recolhido manifestações claras de repúdio por parte de todos. ---
Veio, agora, o Senhor Presidente reincidir, afirmando "**Não ter culpa de eu ter andado a
dormir e só ter acordado agora...**", a propósito de uma outra minha tomada de posição
política. -----
Enfim, mais do mesmo que, no entanto, me merece uma atenção cuidada e uma reacção
enérgica. -----
Pensará o Senhor Presidente que poderá determinar a minha acção política alicerçando a sua
ideia numa qualquer lógica paternalista ou pensando que pode usar de qualquer expediente
linguístico para qualificar a minha praxis, a seu belo prazer. -----
Pensará, certamente, o Senhor Presidente da Câmara que é insusceptível à crítica e que o seu
percurso político não pode ser beliscado, mesmo que seja através da verdade. -----
Um percurso triunfal e perene, acreditará. -----
Nada disso corresponde, no entanto, à realidade. -----
Sinto-me livre e, como sabe, só o somos na plenitude quando nos podemos auto determinar. ----
A minha intervenção política, por muito desconforto que lhe cause, é da minha inteira e exclusiva
responsabilidade. -----
Confrontá-lo-ei sempre que entender, e se justificar, atentando às regras e princípios
Democráticos; balizarei as minhas intervenções pelas regras da elevação e verticalidade
políticas, aliás, como sempre o fiz. -----
As suas reacções qualificá-lo-ão e serão um barómetro claro no sentido de aferir o incómodo
que vai sentindo. -----
Posso aconselhar parcimónia, mas sei que não é capaz. -----
Lamento, apenas, Senhor Presidente da Câmara. -----
Mealhada, 25 de Junho de 2009 -----
O Vereador (Carlos Marques) -----
O Senhor Presidente referiu que não sabe a que Órgão de Comunicação Social
se refere o Senhor Vereador Carlos Marques, mas algumas expressões que
refere na sua declaração não são suas, pois já não é a primeira vez que lê em
Órgãos de Comunicação Social coisas que não disse e também serem omitidas
coisas que afirmou. Assim, tomou há muito a decisão de deixar escrever o que

apetece sem se pronunciar, salvo quando é ofendido na sua honra. Houve uma jornalista que o questionou se o Senhor Vereador Carlos Marques tinha andado a dormir até agora, tendo respondido à questão, dizendo que era a Senhora jornalista que o estava a afirmar. Contudo o Senhor Vereador Carlos Marques aproveita de imediato esta questão para fazer uma série de considerações irónicas e despropositadas, sendo o Senhor Vereador responsável pelo que escreveu e acabou de ler. -----

5) O Senhor Vereador Carlos Marques, sobre o adiamento da última reunião procedeu à leitura da declaração, que a seguir se transcreve: -----

Declaração Política -----

A última Sessão de Câmara foi adiada uma semana, ocorrendo no dia de hoje por, segundo o Senhor Presidente da Câmara, "não haver assuntos relevantes para inscrever na Ordem do Dia". -----

Estranho e assumo uma posição de crítica frontal face a esta atitude do Presidente da Autarquia, trata-se de uma postura dilatória, infelizmente cada vez mais habitual, em relação a assuntos da maior importância para o Concelho da Mealhada e para os seus Municípios. -----

Concretizando: -----

A Saúde Pública não é um bem que deverá requerer a maior atenção por parte da Autarquia e dos seus Autarcas? -----

A actividade económica e a confiança do consumidor não são pilares fundamentais e estruturantes da organização e desenvolvimento da nossa Comunidade? -----

Não são alavancas do desenvolvimento, que se quer, sustentado? -----

A actuação da Câmara Municipal tem sido deplorável nesta matéria, na minha perspectiva, sendo exemplo último e paradigmático a "novela" em torno da captura e recolha de um canídeo com leishmaniose, doença fatal e com consequências graves para o homem, na Freguesia da Pampilhosa. -----

Foi preciso um mês para resolver (será que foi resolvido ou será que foi o início de um outro problema sério?) um assunto que podia e deveria ser resolvido no mesmo dia. -----

Tudo porque o Executivo Socialista encara o recente concurso para Médico Veterinário com displicência, aliás como o encarou desde o início. -----

Com graves prejuízos para o Concelho da Mealhada. -----

Manobras irritantes, de dilação por parte dos dirigentes socialistas e o adiar da inevitabilidade fundamentada em informações jurídicas e pedidos de regimes de excepção só podem ser

considerados sintomas do receio e da impotência propositada em resolver uma matéria fundamental e mais abrangente do que pode parecer à partida. -----

Actue Senhor Presidente da Câmara! -----

A alegada violação do Plano Director Municipal e as questões do foro ambiental não são assuntos que estão, permanentemente, na Ordem do Dia Senhor Presidente? -----

Não o preocupa constatar que a Autarquia se exime às suas obrigações de fiscalização e angariação de receitas na ambiência Industrial/Empresarial? Entende que encarar esta questão com a ligeireza com que o fez é a melhor solução? -----

Eu penso que não! -----

Actue Senhor Presidente da Câmara! -----

Consegue encarar com tranquilidade a desconformidade de uma obra municipal com o respectivo caderno de encargos? O Parque Urbano da Cidade da Mealhada não está na Ordem do Dia? Acha natural que em lugar de apurar responsabilidades políticas (que são suas!) se enrede em argumentos destituídos de qualquer racionalidade técnico-científica nesta matéria. Acha que o Município que lhe confiou o voto há quatro anos encara com a mesma tranquilidade o mesmo problema? -----

Consegue perceber, Senhor Presidente, que é de dinheiros de todos nós que estamos a falar? ---

Actue Senhor Presidente! -----

As estradas do nosso Concelho, afinal, não são o orgulho que os Senhores querem fazer crer. ---

Elas abatem, Senhor Presidente. -----

Elas são mal projectadas? -----

São mal executadas? -----

São mal fiscalizadas? -----

Porque será que pavimentos betuminosos recentes fissuram e abatem no nosso Concelho? -----

Porque razão numa obra de pavimentação se aplica o tapete betuminoso de desgaste final e depois disso se retalha e esventra a estrada para actividades de saneamento dos solos? -----

E de dinheiros públicos que estamos a falar Senhor Presidente. -----

Será que o município entende esta situação com a mesma complacência que o Senhor deixa transparecer? -----

Esta questão não está na Ordem do Dia? -----

Actue Senhor Presidente! -----

Sinceramente entendo que o Executivo Socialista está prisioneiro da sua própria inacção; está refém de uma incapacidade executiva de vontade própria adiando as respostas a tudo o que possa ser entendido como afronta à sua gestão. -----

Mas por outro lado a gravidade dos dossiers a que não vão dando respostas, em tempo útil, pode ferir de morte um grupo de pessoas que se candidata aos mesmos lugares. -----

Os do poder político no Concelho. -----

Eu tento estar na Ordem do Dia Senhor Presidente. -----

O Concelho continua a aguardar que o ponham na Ordem do Dia. -----

O Senhor tem insistido em estar fora dela. -----

Lamento a sua postura... -----

Mealhada, 25 de Junho de 2009 -----

O Vereador (Carlos Marques) -----

O Senhor Presidente referiu que a declaração apresentada pelo Senhor Vereador Carlos Marques é apenas “paleio”, mera demagogia, pois basta ler as datas das propostas que o Senhor Vereador apresentou para agendar para esta reunião e verificar que são do dia 19 de Junho de 2009, e a reunião teria sido no dia 18. O resto não passa de mera provocação política por parte do Senhor Vereador e nada mais. -----

O Senhor Vereador Carlos Marques disse que a sua acção política é da sua inteira responsabilidade. Discorda da inacção do Senhor Presidente, pelo facto de deixar arrastar alguns assuntos que são fundamentais para o Concelho. -----

6) O Senhor Vereador Carlos Marques referiu que na estrada que liga Quinta do Valongo a Pego, há um aterro que desconhecia por completo. Tem seguramente cerca de 1 há e alegadamente estará em área classificada de RAN ou REN. Perguntou se o dito aterro está licenciado e mais afirmou ter ouvido dizer que os terrenos são propriedade do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Luso e de um seu familiar. Ouviu ainda dizer que as terras vieram das obras de construção do Centro de Estágios do Luso. -----

7) O Senhor Vereador Carlos Marques, relativamente ao encerramento das Termas do Luso a partir de 1 de Julho, no âmbito das obras de reconversão em curso, leu a declaração que a seguir se transcreve: -----

Encerramento do Balneário Termal do Luso -----

Afinal o Balneário Termal do Luso vai encerrar. -----

E vai encerrar nos meses de Julho, Agosto, Setembro e Outubro. -----

Penso que esta decisão da Sociedade de Agua de Luso e da Maloclinics, não é oficial mas tudo indica que assim seja. -----

Já, aqui, tinha manifestado a minha preocupação face a este assunto. -----

Não quero conjecturar sobre a legitimidade da decisão nem sequer colocar em causa as obras de remodelação que aí decorrem, mas o facto é que o comércio daquela Vila termal do nosso Concelho pode ficar seriamente comprometido. -----

Também não quero tecer considerações sobre o futuro de toda a envolvência turística da zona, porque já tive oportunidade de me manifestar sobre o assunto. -----

Apenas quero reiterar a ideia que o Turismo, no Concelho da Mealhada, deve atender a uma ambiência mais vasta, mais envolvente, pensada de outra forma. -----

Em suma parece-me óbvio que Turismo estrategicamente planeado para o concelho não pode hostilizar o Luso, mas sim servir-se dessa verdadeira "mola real" instalada e tentar enquadrar a Mata do Bussaco nessa mesma realidade. -----

Potenciar o Turismo desta forma pode ser uma alavanca séria e útil duma envolvência que urge. Afirmarem-se projectos que mais não trazem que apenas meras expectativas de desenvolvimento esquecendo-se de os alimentar com acções concretas só pode concorrer para o descrédito. A Câmara Municipal de Mealhada tem assumido uma atitude passiva face a toda esta questão, não manifestando sequer uma mera preocupação face ao, eventual, impacto que este, anunciado, encerramento pode ter nos negócios complementares e paralelos ao negócio termal. -----

Ao invés a Câmara, nomeadamente o Senhor Presidente, tem assumido uma postura estranhamente crítica face aos comerciantes locais e aos Lusenses em particular, acusando-os de estarem contra tudo o que é desenvolvimento local e contra as obras de reabilitação das Termas em particular. -----

Penso não ser este o caminho e, possivelmente, os desfechos são estes porque outros caminhos não foram estudados e pensados em conjunto e de forma efectiva, com a intervenção directa da Câmara Municipal. Na minha perspectiva a realidade turística do concelho da Mealhada continua a ser um conjunto de expectativas e uma pequena quantidade de coisas avulsas. -----

Falta uma linha de rumo estrategicamente delineada e a assumpção da responsabilidade integral por parte da Câmara Municipal. -----

Já propus, por diversas vezes, neste sentido mas o Executivo persiste num caminho diverso. -----

Na minha perspectiva errado -----

Mealhada, 25 de Junho de 2009 -----

O Vereador (Carlos Marques) -----

O Senhor Presidente referiu não reconhecer ao Senhor Vereador Carlos Marques o direito de colocar na sua boca afirmações que nunca proferiu e que especialmente sobre o Luso e a atitude do Senhor Vereador ao longo do mandato não corresponde ao que leu. É fácil falar agora, concluiu. -----

A senhora Vice-Presidente referiu que o Senhor Vereador Carlos Marques insiste nas intenções de estratégia, mas pior que isso, continua a afirmar que a Câmara Municipal desenvolveu uma estratégia mas nada fez para a concretizar. Concerteza não tem estado atento às iniciativas levadas a cabo. --- O Senhor Vereador Calhoa Morais disse que até há uns tempos atrás, eram “bombardeados” porque não olhavam para o Luso e para o Buçaco. Foi delineada uma estratégia, obviamente não pode haver soluções milagrosas no dia seguinte, mas não se reconhecer hoje o que está a tentar construir é muito mau, parecendo que há intenção constante de denegrir tudo o que se está a fazer. -----

O Senhor Vereador Breda Marques referiu que, em relação aos comerciantes do Luso, também manifestou dúvidas sobre a pertinência de uma conferência a propósito do investimento anunciado, uma vez que poderiam colocar em causa o investimento que está a ser feito. Na altura, quando fez a sua declaração foi no sentido de proteger os comerciantes e o investimento no Luso. -----

O Senhor Vereador António Franco referiu que a intenção do Senhor Vereador Carlos Marques não é pretender criticar posições políticas mas sim pessoais. Entende que a política se faz combatendo ideias e não pessoas. Não consegue separar a pessoa do Vereador e por isso custa-lhe que as pessoas que tinha como amigas tenham atitudes como a que o Senhor Vereador está a tomar. Esclareceu relativamente a afirmações produzidas e que colocaram em causa a sua formação profissional, que é licenciado em Engenharia Civil pela Universidade de Coimbra e que se encontra inscrito na Ordem dos Engenheiros. -----

8) O Senhor Vereador António Franco interveio ainda para informar: -----

- Nos dias 3,4,e 5 de Julho vai decorrer na Mealhada a Final Four em Hóquei em Patins Juvenil, em que estarão presentes as 4 principais equipas nacionais;
- Na próxima semana estará presente a Selecção de Basquetebol da Finlândia, que irá treinar na Mealhada e defrontará em jogo amigável, no dia 8 de Julho a Selecção Portuguesa, no Luso; -----
- Uma associação de Motards - Rodamoinas do Carqueijo, tem sido fantástica no desenvolvimento desportivo e cultural, pois recuperam um espaço

municipal – Parque da Baliza do Carqueijo, a que ninguém dava importância. Nunca pediram dinheiro à Câmara Municipal, mas apenas materiais para fazerem a obra. -----

A Senhora Vice-Presidente referiu que as associações têm sido incansáveis no apoio às actividades sociais e escolares, dinamizando e envolvendo-se em inúmeras iniciativas. -----

1. APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, para produção de efeitos imediatos, aprovar a acta da reunião anterior (acta n.º 11), após se ter procedido à sua leitura. -----

Interrupção e Reinício dos Trabalhos – A reunião foi interrompida para almoço às 13 horas e 5 minutos, tendo os trabalhos sido reiniciados às 14 horas e 30 minutos, com a presença de todos os membros do Executivo. -----

2. MADEIRA & MADEIRA - INAUGURAÇÃO. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento do convite dirigido à Câmara Municipal, pela empresa MADEIRA & MADEIRA, para a inauguração das novas instalações na Zona Industrial da Pedrulha, no próximo dia 11 de Julho. -----

3. LUSON – ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO, CIÊNCIA E INVESTIMENTO DO LUSO – ESTATUTOS. -----

A Câmara Municipal analisou os Estatutos da LuSoN – Associação de Gestão, Ciência e Investimento do Luso, bem como a Proposta da Senhora Vice-Presidente, de 19 de Junho de 2009, que a seguir se transcreve: -----

-----PROPOSTA-----

Considerando o estágio de desenvolvimento articulado e sustentado do concelho de Mealhada, decidiu o executivo desenhar a estratégia de desenvolvimento e competitividade para o concelho assente nos seus recursos e nas suas vantagens comparativas. -----

Para o efeito, após desenvolvimento do procedimento legal, adjudicou o trabalho à empresa Cardial Consultores. -----

Do processo resultou um Plano de Desenvolvimento Estratégico que visa a criação de um Pólo de Turismo, Saúde, Beleza e Bem-Estar na área de abrangência da Vila Termal de Luso e da Mata Nacional do Buçaco. -----

O Plano integra um numeroso conjunto de investimentos privados e públicos cabendo ao executivo realizar uns e criar condições à concretização de outros. -----

O Centro de Investigação Anti-Envelhecimento é uma peça fundamental na lógica de incremento da competitividade do Destino Luso, através da introdução de novos conhecimentos científicos de medicina, tecnologias de saúde e oportunidades empresariais e de mercado, alavancando e rentabilizando a diferentes níveis os recursos endógenos da região. -----

A filosofia do Centro tem vindo a ser desenvolvida pela Universidade de Coimbra e está em condições de avançar para a sua implementação. Para tal torna-se necessário a formulação de um modelo estratégico que possa dar origem a uma estrutura que candidate e implemente o projecto Centro de Investigação Anti-Envelhecimento aos incentivos do QREN, isto é; uma estrutura cujo objecto principal seja a investigação científica e tecnológica. -----

Neste sentido, proponho a criação de uma Associação Científica, Tecnológica e de Formação envolvendo os parceiros iniciais - U.C. e SAL -bem como outros de importância relevante no contexto do desenvolvimento regional e nacional. -----

Mealhada, 19 de Junho 2009 -----

A Vereadora, (*Filomena Pinheiro*) -----

A Senhora Vice-Presidente referiu ainda que dentro da estratégia definida pela Câmara Municipal, estava contemplada a criação do Centro de Investigação Anti-Envelhecimento, que tem de ser promovido por uma entidade que tenha como objecto a investigação científica, tornando-se necessário criar uma estrutura para esse efeito. Neste momento terá que se avançar com o Centro de Investigação e para o efeito terá que se criar esta associação, sem fins lucrativos, que permita avançar com o mesmo. -----

O Senhor Vereador Carlos Marques interveio referindo que este tipo de iniciativas, fazem sentido. Iniciativas relacionadas com a ciência, pese embora estarem relacionadas com um projecto do qual já deu a sua opinião. Sempre referiu que o mesmo é apenas um conjunto de meras expectativas para o Luso e para o Concelho e não um projecto concreto e estrategicamente delineado rumo ao desenvolvimento turístico do Concelho. Considera importante a iniciativa e a criação da associação. Perguntou quem vai gerir os órgãos sociais, e depois de criada a associação como é que a mesma vai ser gerida? ---

A Senhora Vice-Presidente disse que a associação foi criada quase à pressão, porque existem “timings” a cumprir para apresentação da candidatura ao QREN. A Câmara Municipal tem a Universidade de Coimbra como um parceiro privilegiado. -----

O Senhor Vereador Carlos Marques perguntou se está previsto que a Câmara Municipal tenha um representante e que responsabilidade vai a Câmara Municipal assumir na associação. Reiterou que nada tem a opor e que ficará atento ao desenvolvimento da associação. -----

O Senhor Vereador Calhoa Morais referiu que a criação desta associação é o embrião de algo que no futuro, irá mudar a face do Luso, o que é muito importante para o desenvolvimento do Concelho. A envolvência da Câmara Municipal e da Universidade de Coimbra conjuntamente com outros parceiros darão a credibilidade e a eficiência necessária para que este seja bem sucedido. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Senhora Vice-Presidente, aprovando igualmente os respectivos Estatutos, que ficam arquivados na Pasta Anexa ao Livro de Actas n.º 78, e remeter à Assembleia Municipal, em cumprimento dos disposto no artigo n.º 53.º, n.º 2, alínea m), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos.

4. PROJECTO OBESIDADE ZERO (POZ) - PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO. -----

A Câmara Municipal analisou o Protocolo celebrado entre o CEIDSS - Centro de Estudos e Investigação em Dinâmicas Sociais e Saúde e os Municípios de Mealhada, Melgaço, Cascais, Beja, Silves e Faro, os respectivos Centros de Saúde, e a Universidade Atlântica, com o objectivo de promover a luta contra a obesidade infantil nos referidos Municípios. -----

O Senhor Presidente referiu que a celebração do protocolo não tem encargos para o Município de Mealhada, mas terá algumas responsabilidades que a Câmara Municipal terá de assumir. Por essa razão assinou o referido documento e coloca à consideração da Câmara Municipal para efeitos de ratificação. -----

O Senhor Vereador Carlos Marques referiu que, não só como técnico de saúde, mas também como pai, assume o assunto de importância primordial. A Câmara Municipal faz muito bem em envolver-se neste projecto, sendo um contributo para uma análise mais profunda destas questões. -----

A Senhora Vice-Presidente disse que a Câmara Municipal ao aceitar este desafio, e tendo em conta a faixa etária abrangida, crianças do 1.º Ciclo, sentiu que devia estender esta preocupação a todas as crianças e jovens do Concelho. A Câmara Municipal já o fazia em parceria com o Centro de Saúde no Gabinete de Apoio ao Jovem, mas decidiu ser mais abrangente, incluindo também os Jardins de Infância. Os professores de Educação Física, encontram-se a sinalizar as crianças a acompanhar. O projecto iniciou-se no nosso Concelho na semana passada e a nutricionista já está no terreno. -----

O Senhor Vereador Breda Marques referiu que considera muito importante esta iniciativa. Conhece alguns orientadores deste projecto e o profissionalismo que lhes é reconhecido na sua área, é garantia de sucesso do projecto. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o Despacho do Senhor Presidente, que aprovou o Protocolo de Cooperação entre as entidades anteriormente referidas. -----

5. COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO BAIXO MONDEGO - MOÇÃO. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento da cópia da Moção sobre a Deslocalização da Direcção Regional da Economia do Centro (DRE-Centro), apresentada pelo Grupo de Deputados do Partido Socialista, na sessão de 15/06/2009, da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego - CIM-BM. -----

O Senhor Vereador Breda Marques referiu ser lamentável a falta de planeamento que se verifica existir. Não consegue entender que o Estado disponibilize verbas para a construção de raiz de um edifício para albergar este serviço e depois queiram mudar a Sede de edifício para outra cidade. -----

6. ESCRITURAS DE COMPRA E VENDA - INFORMAÇÃO - DESPACHO. ----

A Câmara Municipal tomou conhecimento da celebração da escritura de compra e venda de terreno, que a seguir se indica: -----

- Escritura realizada em 03/06/2009, de compra e venda de um terreno rústico, para a implantação da ETAR do Salgueiral, com a área de 290 m², de um prédio inscrito na matriz predial sob o número 6108, da Freguesia do Luso, omissa na Conservatória do Registo Predial de Mealhada, propriedade de

José Alves Mortágua e esposa, residentes em Salgueiral, Freguesia do Luso, Município de Mealhada, pelo valor de 1.250,00€. -----

7. ADJUDICAÇÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DA CAFETARIA E RESTAURANTE DO LUSO - RELATÓRIO DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS.

A Câmara Municipal analisou o Relatório de Análise das Propostas, elaborado pela Comissão de Análise, nomeada por Despacho do Senhor Presidente em 19/05/2009, e deliberou, por unanimidade, aprovar o referido relatório e adjudicar o Direito de Exploração da Cafetaria e Restaurante do Luso, ao concorrente BERNARDES & FRAGA, LDA., pelo valor da proposta apresentada, que é de 51.500,00 €, bem como dispensar a formalidade de Audiência Prévía, uma vez que foi apresentada uma única proposta. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos jurídicos imediatos. -----

8. PROJECTO DE REGULAMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE MEALHADA.

O Senhor Presidente referiu que o Regulamento de Água do Município de Mealhada está extremamente ultrapassado, devendo ser substituído para cumprir todas as normas legais em vigor. -----

O Senhor Vereador Breda Marques disse que, estando o regulamento ultrapassado, fica satisfeito que seja revisto, pois sendo a água uma das maiores receitas da Câmara Municipal, este é um assunto a que deve estar atenta. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Projecto de Regulamento de Água do Município de Mealhada, e submeter o mesmo à apreciação pública, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, durante o prazo de 30 dias. Caso não sejam apresentadas quaisquer alegações, o projecto de regulamento deverá ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no artigo 53.º, alínea a) do n.º 2, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a alteração dada pela lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. Deliberou ainda, arquivar a Proposta de Regulamento de Água do Município de Mealhada, na Pasta Anexa ao Livro de Actas n.º 78. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos jurídicos imediatos.-----

9. PROPOSTA DO REGULAMENTO DO APOIO SÉNIOR NO MUNICÍPIO DA MEALHADA.-----

A Câmara Municipal analisou o parecer jurídico n.º 19/LS/2009, da Técnica Superior, Dra. Leonor Santos, sobre a Proposta do Regulamento do Apoio Sénior no Município de Mealhada, conforme deliberação aprovada na reunião realizada em 9/04/2009, e que se dá aqui por integralmente reproduzido. -----

O Senhor Vereador Carlos Marques referiu que atendendo ao parecer em análise, não o choca que o regulamento não seja remetido à Assembleia Municipal para aprovação, contudo, por questões de salvaguarda e de segurança, entende que seria melhor que o regulamento fosse à aprovação da Assembleia Municipal. -----

O Senhor Vereador Breda Marques referiu que o assunto constante no regulamento é um assunto consensual e pacífico, por isso deve-se procurar acelerar o processo, evitando que vá a Assembleia Municipal. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento do Apoio Sénior do Município da Mealhada, que será arquivado na Pasta Anexa ao Livro de Actas n.º 78, não o submetendo a aprovação da Assembleia Municipal. Tendo em conta a não sujeição do Regulamento a aprovação da Assembleia Municipal, mais deliberou, a Câmara Municipal, por unanimidade, alterar o artigo 12.º da proposta de Regulamento, passando a constar do mesmo a seguinte redacção: “O presente Regulamento entra em vigor com a sua publicação, nos termos do n.º 1, do artigo 91.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a alteração introduzida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”-----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos.

10. AGENDA XXI LOCAL.-----

O Senhor Vereador Breda Marques interveio para referir que desde 2006 que se ouve falar muito na Agenda 21 Local, mas conclui com alguma admiração que poucos municípios implantaram este projecto, O Município da Mealhada tem desenvolvido algumas iniciativas avulsas na área do ambiente, mas seria

interessante integrar essa iniciativa num projecto global como é a Agenda 21 Local. Assim, passou a ler o documento que a seguir se transcreve: -----

“ A Agenda Local 21 é um processo através do qual se pretende assegurar que o Concelho se desenvolva de forma sustentável, integrando as vertentes ambiental, sociocultural, económica e de boa governação, de forma a melhorar a qualidade de vida da população. Assenta numa forte participação pública, promovendo-se a discussão dos problemas e das soluções que permitirão atingir os objectivos de sustentabilidade exigidos. A participação de todos é importante para a definição de um Concelho cada vez mais sustentável, definindo objectivos e procurando concretizar acções que visem a melhoria da situação existente nas áreas referidas. -----

Plano de Acção da Agenda Mealhada 21 -----

Fase 1 - Criação do fórum -----

1 - Assinatura da Carta de Aalborg -----

Neste primeiro passo a Assembleia e Executivo Municipal aprovam um compromisso político para com os objectivos do desenvolvimento sustentável. Para além de assim se iniciar, formalmente, a Agenda Mealhada 21, a Carta de Aalborg marca também a entrada de Mealhada na Campanha Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis. -----

2 - Criação do Fórum Participativo da Agenda Mealhada 21-----

O Fórum é o palco da participação pública e da discussão por excelência. Nesta estrutura estarão representadas as forças vivas do concelho da Mealhada, desde a autarquia, Assembleia Municipal, associações de todo o tipo, instituições de solidariedade social, empresas, comerciantes e polícia e bombeiros, entre outros. O Fórum acompanha todo o desenrolar da Agenda Mealhada 21, debatendo os problemas existentes e a forma de os resolver. -----

3 - Sensibilização da comunidade -----

Nesta fase fundamental realizam-se diversas actividades culturais, de educação ambiental e sensibilização da comunidade, especialmente dos mais novos. Pretende-se também aproveitar a experiência das escolas e professores para desenvolver actividades de uma forma integrada e programada. -----

Fase 2 - Diagnóstico e preparação do Plano de Acção -----

1 - Preparação do diagnóstico do concelho -----

Mais do que um diagnóstico exaustivo de todos os problemas ambientais, sociais e económicos do concelho da Mealhada, pretende-se com este diagnóstico conhecer os que são prioritários e por isso mesmo exigem uma intervenção mais rápida. Procura-se ainda relacionar os problemas entre si, descobrindo as suas verdadeiras causas e relações. -----

2 - Elaboração do Plano de Acção -----

O Plano de Acção é a sequência natural do diagnóstico, porque se pretende sobretudo uma Agenda Mealhada 21 activa e com resultados. O Plano será elaborado de uma forma participada, segundo áreas temáticas (resíduos, água, economia, urbanismo, etc.) e estipulando um conjunto de acções práticas calendarizadas destinadas a resolver ou minimizar os problemas detectados anteriormente. -----

Fase 3 - Implementação, monitorização e revisão -----

Grupo Coordenador -----

O Grupo Coordenador (GC) consiste numa equipa de trabalho de carácter executivo que tem como função discutir e decidir o trabalho a desenvolver nas várias fases do processo, sendo assessorado pela equipa técnica da Universidade Aveiro. -----

No GC estão representados: -----

Câmara Municipal, Assembleia Municipal, Departamento de Ambiente e Planeamento da Câmara Municipal, Agrupamento de Escolas, Comandante GNR, Comandantes Corporação de Bombeiros Voluntários, Rede Social, Associação de Jovens Cristãos, ACIM, Representante dos Professores do Ensino Secundário, Outros...” -----

O Sr. Vereador Breda Marques voltou a intervir, para sugerir que a Câmara Municipal formalize esta iniciativa. Acrescentou, ser importante que a comunidade tenha uma intervenção activa e que não fique fora da iniciativa. A este propósito fez referência à Carta de Aalborg. Os princípios que se encontram aí previstos são os que defende para o Município da Mealhada, e o primeiro passo seria assim assinar a Carta de Aalborg, que a seguir se

transcreve: -----

-----**CARTA DAS CIDADES EUROPEIAS PARA A SUSTENTABILIDADE**-----

(**aprovada pelos participantes na Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis, realizada em Aalborg, Dinamarca, a 27 de Maio de 1994**) -----

- PARTE I: Declaração Comum: Cidades Europeias para a Sustentabilidade -----
- PARTE II: Campanha das Cidades Europeias Sustentáveis -----
- PARTE III: Participação no processo Local da Agenda 21: planos de acção local para a sustentabilidade -----

PARTE I -----

DECLARAÇÃO COMUM: CIDADES EUROPEIAS PARA A SUSTENTABILIDADE -----

I.1 O Papel Desempenhado pelas Cidades Europeias -----

Nós, Cidades Europeias, signatárias da presente carta, declaramos que ao longo da história estivemos integradas em impérios, estados e regimes, aos quais sobrevivemos, como centros de vida social, suportes da economia, guardiãs da cultura, do património e da tradição. As cidades com as famílias e as comunidades vizinhas, têm sido os pilares das nossas sociedades e Estados, bem como os centros de indústria, artesanato, comércio, educação e administração. -----

Compreendemos que o actual modo de vida urbano, particularmente as nossas estruturas-repartição do trabalho e funções, ocupação dos solos, transportes, produção industrial, agricultura, consumo e actividades recreativas nos responsabiliza maioritariamente pelos numerosos problemas ambientais com os quais a humanidade se confronta. Este facto é extremamente relevante, pois 80% da população europeia vive nas zonas urbanas. -----

Tomamos consciência que os actuais níveis de consumo dos países industrializados não podem ser alcançados por todos os povos que hoje vivem na Terra, e, muito menos, pelas gerações futuras, sem destruição do capital natural. -----

Estamos convencidas que uma vida humana sustentável na terra, não pode existir sem comunidades locais também elas sustentáveis. A autoridade local está consciente dos problemas ambientais dos cidadãos, partilhando as responsabilidades a todos os níveis com as autoridades competentes de modo a alcançar o bem-estar do homem e da natureza. Deste modo as cidades desempenham um papel essencial no processo evolutivo dos hábitos de vida, da produção, do consumo e das estruturas ambientais. -----

I.2 Conceito e Princípios de Sustentabilidade -----

Nós, cidades, compreendemos que o conceito de desenvolvimento sustentável nos ajuda a adoptar um modo de vida baseado no capital da natureza. Esforçamo-nos para alcançar a justiça social, economias sustentáveis e sustentabilidade ambiental. A justiça social terá que

assentar necessariamente na sustentabilidade económica e na equidade que por sua vez requerem sustentabilidade ambiental. -----

Sustentabilidade ambiental significa manutenção do capital natural. Exige que a taxa de consumo de recursos renováveis, nomeadamente água e energia, não exceda a respectiva taxa de reposição e que o grau de consumo de recursos não-renováveis não exceda a capacidade de desenvolvimento de recursos renováveis sustentáveis. Sustentabilidade ambiental significa também, que a taxa de emissão de poluentes não deve ser superior á capacidade de absorção e transformação, por parte do ar, da água e do solo. -----

Além disso, a sustentabilidade ambiental garante a preservação da biodiversidade, da saúde humana e da qualidade do ar, da água e do solo, a níveis suficientes para manter a vida humana e o bem estar das sociedades, bem como a vida animal e vegetal para sempre. -----

I.3 Estratégias Locais para a Sustentabilidade -----

Estamos convencidas que a cidade é a maior unidade com capacidade para gerir os numerosos desequilíbrios urbanos que afectam o mundo moderno: arquitectónicos, sociais, económicos, políticos, recursos naturais e ambientais, mas é também a menor unidade na qual se poderão resolver estes problemas, duma forma eficaz, integrada, global e sustentável. Uma vez que todas as cidades são diferentes, é necessário que cada uma encontre o seu próprio caminho para alcançar a sustentabilidade. Devem-se integrar os princípios da sustentabilidade em todas as políticas e fazer das especificidades de cada cidade a base das estratégias locais adequadas. -----

I.4 A Sustentabilidade como um Processo Criativo, Local e Equilibrado -----

Nós, cidades reconhecemos que a sustentabilidade não é uma simples perspectiva, nem um estado imutável, mas sim um processo criativo, local e equilibrado alargado a todas as áreas da administração local. A sustentabilidade permite a obtenção duma informação permanente sobre as actividades que favorecem o equilíbrio do ecossistema urbano, ou sobre aquelas que o afastam. Ao basear a gestão urbana na informação alcançada ao longo deste processo, a cidade é encarada como um conjunto orgânico, tornando-se visíveis os efeitos das suas acções significativas. Através deste processo, a cidade e os cidadãos podem fazer escolhas reflectidas. Um sistema de gestão assente na sustentabilidade, leva a que as decisões tomadas tenham em conta, não só, os interesses das partes respeitantes, mas também os das gerações futuras. -----

I.5 A Negociação Aberta como Método de Resolução de Problemas -----

Nós, cidades, reconhecemos que não podemos permitir a transferência dos nossos problemas, nem ás comunidades mais alargadas, nem ás gerações futuras. Logo, devemos resolver as nossas dificuldades e desequilíbrios quer por nós mesmos, quer com a ajuda duma maior

entidade nacional ou regional. Este é o princípio da negociação aberta, cuja implementação dará a cada cidade uma maior liberdade na escolha do tipo de actividades a estabelecer. -----

I.6 A Economia Urbana para a Sustentabilidade -----

Nós, cidades, compreendemos que o factor limitativo do nosso desenvolvimento económico é o capital natural, isto é, a atmosfera, o sol, a água e as florestas. Logo devemos investir neste capital, respeitando a ordem de prioridade seguinte: -----

- investir na conservação do capital natural restante (reservas de água subterrânea, solos, habitats de espécies raras); -----
- encorajar o crescimento do capital natural, através da redução dos níveis actuais de exploração (por exemplo, as energias não-renováveis); -----
- investimentos em projectos que reduzam a pressão nas reservas de capital natural (por exemplo sob a forma de parques recreativos para aliviar a pressão sobre as florestas naturais);
- aumentar o rendimento final dos produtos (por exemplo, através de edifícios energeticamente eficientes, e transportes urbanos ecológicos). -----

I.7 Equidade Social para a Sustentabilidade Urbana -----

Nós, cidades, estamos conscientes que as populações pobres são as mais afectadas pelos problemas ambientais (ruído, poluição atmosférica proveniente do tráfego, falta de amenidades, alojamentos insalubres, falta de espaços verdes) e as menos aptas em os resolverem. A desigualdade das riquezas está na origem de comportamentos insustentáveis, tornando a evolução mais difícil. Nós pretendemos integrar na protecção ambiental as necessidades sociais básicas das populações, bem como programas de acção sanitária, de emprego e habitação. Nós desejamos aprender com as primeiras experiências sobre modos de vida sustentáveis, de maneira a podermos melhorar a qualidade de vida dos cidadãos em vez de simplesmente optimizarmos o consumo. -----

Tentaremos criar empregos que favoreçam a sustentabilidade das comunidades, no sentido de reduzir o desemprego. Ao procurarmos atrair ou criar empregos, avaliaremos os seus efeitos de oportunidade em termos de sustentabilidade, de modo a encorajar a criação de empregos e de produtos viáveis de acordo com os princípios da sustentabilidade. -----

I.8 Padrões de Uso Sustentável do Território -----

Nós, cidades, reconhecemos que as autoridades locais devem estabelecer políticas de ordenamento do território que integrem uma avaliação estratégica dos efeitos de todas as iniciativas ambientais. Devemos tirar partido das possibilidades oferecidas pelas grandes concentrações urbanas, em matéria de serviços públicos de transporte e abastecimento de energia. Lançando programas de renovação urbana e de planeamento de novas áreas urbanas periféricas, esforçar-nos-emos para combinar diferentes funções, de modo a reduzir as

necessidades de mobilidade. O conceito de interdependência regional equitativa deverá permitir o equilíbrio dos fluxos entre a cidade e o campo dissuadindo as cidades de explorarem simplesmente os recursos das áreas periféricas. -----

I.9 Padrões de Mobilidade Urbana Sustentável -----

Nós, cidades, esforçar-nos-emos para melhorar a nossa acessibilidade, promover e manter o bem-estar social e os modos de vida urbanos, diminuindo a necessidade de mobilidade. Sabemos que é indispensável para uma cidade sustentável, a redução da mobilidade forçada e o uso desnecessário de veículos motorizados. Daremos a prioridade aos meios de transporte ecológicos (em particular andar a pé, ciclismo, transportes públicos) e colocaremos no centro dos nossos esforços de planificação a associação dos diferentes meios de transporte. Os veículos privados motorizados deverão ter progressivamente uma função acessória, facilitando o acesso aos serviços públicos e mantendo a actividade económica das áreas urbanas. -----

I.10 Responsabilidade pelo Clima Mundial -----

Nós, cidades, compreendemos que as ameaças provenientes do aquecimento global do planeta sobre o ambiente natural e urbano, bem como sobre as gerações futuras, exigem uma resposta suficiente para estabilizar e, posteriormente, reduzir as emissões, para a atmosfera, dos poluentes com efeito de estufa. É igualmente importante proteger os recursos mundiais em biomassa, como as florestas e o fitoplâncton, os quais desempenham um papel essencial no ciclo terrestre do carbono. A redução de emissões dos combustíveis fósseis requer políticas e iniciativas baseadas no conhecimento aprofundado do ambiente urbano, enquanto sistema energético. As únicas soluções viáveis encontram-se nas fontes de energia renováveis. -----

I.11 Prevenção da Intoxicação dos Ecossistemas -----

Nós, cidades, estamos conscientes que as substâncias tóxicas e perigosas se encontram cada vez mais na atmosfera, na água, no sol e nos alimentos, tornando-se numa ameaça crescente para a saúde pública e ecossistemas. Desenvolveremos esforços para evitar a poluição e preveni-la na fonte. -----

I.12 A Auto Gestão no plano local, condição necessária da Sustentabilidade -----

Nós, cidades, estamos convencidas de termos a vontade, o conhecimento e as ideias necessárias para desenvolver modos de vida sustentáveis e criar e gerir cidades sustentáveis. Os representantes democraticamente eleitos, das nossas comunidades locais, devem estar aptos a assumir a responsabilidade da reorganização das cidades, tendo em vista a sustentabilidade. Os direitos de autogestão conferidos às cidades, em virtude do princípio da subsidiariedade determinarão as suas capacidades em responder a este desafio. É indispensável que as autoridades locais tenham suficientes poderes e uma base financeira sólida. -----

I.13 Os Cidadãos como Protagonistas da Sustentabilidade e o Envolvimento da Comunidade

Nós, cidades, comprometemo-nos, de acordo com o mandato conferido pela Agenda 21, o documento chave aprovado na Cimeira da Terra, no Rio de Janeiro, a colaborar com todos os parceiros das nossas comunidades – cidadãos, empresários, grupos de interesses – no desenvolvimento dos Planos Locais da Agenda 21. Estamos também conscientes do apelo contido no Quinto Programa de Acção Ambiental da Comissão Europeia, “Rumo à Sustentabilidade”, incitando a partilha de responsabilidades entre todos os sectores das comunidades locais. Logo, apoiaremos os nossos esforços na cooperação entre todos os actores concertados, uma vez que desejamos assegurar a todos os cidadãos e grupos de interesse, o acesso à informação, bem como a oportunidade de participarem nos processos de decisão local. Paralelamente, promoveremos a educação e formação com vista à sustentabilidade, não só para a população em geral, mas também para os representantes eleitos e funcionários da administração local. ----

I.14 Meios e Instrumentos da Gestão Urbana, orientados para a Sustentabilidade -----

Nós, cidades, comprometemo-nos a utilizar os instrumentos políticos e técnicos disponíveis para uma abordagem ecossistémica da gestão urbana. Devemos tirar proveito dos instrumentos existentes, incluindo os que estão relacionados com a recolha e processamento de dados ambientais; regulamentos, instrumentos económicos e de comunicação, como as directivas, taxas e multas; e também dos mecanismos de incremento da consciencialização, em geral, incluindo a participação do público. Procuraremos estabelecer novos sistemas orçamentais ambientais que disponibilizem meios para a gestão dos recursos naturais, em moldes análogos aos que se aplicam a outros tipos de recursos, nomeadamente financeiros. -----

Sabemos que as nossas decisões e políticas de controlo, nomeadamente a vigilância do ambiente, avaliação de impactos, contabilidade, balanços e relatórios parciais ou globais, devem ser baseadas em diferentes tipos de indicadores, tais como, os de qualidade ambiental, fluxos urbanos, e, acima de tudo, indicadores de sustentabilidade dos sistemas urbanos. -----

Nós, cidades, reconhecemos que um conjunto de políticas e actividades, com consequências ecológicas positivas, foram já aplicadas, com sucesso, em numerosas cidades europeias. Contudo, enquanto estes instrumentos forem considerados somente como meios disponíveis para reduzir o ritmo e a pressão da insustentabilidade, não serão suficientes para inverter essa mesma insustentabilidade na sociedade. De qualquer modo, com a importante base ecológica já existente, as cidades estão em excelente posição para efectivarem a integração das suas políticas e actividades no processo de administração e gestão das economias urbanas numa forma sustentável. Neste processo todos somos chamados a desenvolver e a aplicar estratégias próprias, bem como a partilharmos a experiência adquirida. -----

PARTE II -----

CAMPANHA DAS CIDADES EUROPEIAS SUSTENTÁVEIS -----

Nós, cidades europeias, signatárias da presente carta, trabalharemos em conjunto para alcançarmos a sustentabilidade, aprendendo com a experiência passada e com os sucessos realizados no plano local. Encorajamo-nos mutuamente a conceber planos de acção local, a longo prazo (planos locais da agenda 21), reforçando assim a cooperação entre as autoridades e enquadrando este processo na política da União Europeia, no âmbito do ambiente urbano. -----

Iniciámos a denominada "Campanha das Cidades Europeias Sustentáveis", para encorajar e ajudar as cidades no desenvolvimento da sustentabilidade. A fase inicial desta Campanha durará dois anos, e os progressos conseguidos serão avaliados na Segunda Conferência sobre Cidades Sustentáveis, a realizar em 1996. -----

Convidamos todas as autoridades locais (cidades ou simplesmente sedes de municípios) e todas as redes de autoridades locais da Europa a participarem nesta Campanha, adoptando e subscrevendo a presente carta. -----

Convidamos todas as redes das autoridades locais activas na Europa a coordenarem a campanha. Será criado um comité de coordenação, constituído por representantes dessas mesmas redes. As disposições serão previstas pelas autoridades locais não integradas em qualquer rede. -----

Os principais objectivos desta Campanha serão os seguintes: -----

- recrutar novos signatários da carta; -----
- organizar cada ano o "prémio da cidade sustentável"; -----
- formular recomendações à Comissão Europeia; -----
- fornecer uma contribuição ao grupo de peritos do ambiente urbano, sobre as cidades sustentáveis; -----
- ajudar os decisores locais a implementar as recomendações e legislações da União Europeia; -
- publicar um boletim de informação sobre a campanha. -----

Estas acções necessitarão dum coordenador de campanha. -----

Convidamos outras organizações a participarem nesta campanha. -----

PARTE III -----

PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO LOCAL DA AGENDA 21: PLANOS DE ACÇÃO LOCAL PARA A SUSTENTABILIDADE -----

Nós, cidades europeias, signatárias da presente carta, comprometemo-nos a participar na campanha das cidades europeias sustentáveis, fazendo todos os esforços para atingir um consenso nas comunidades locais, relativamente aos Planos de Acção Local para a Sustentabilidade da Agenda 21 até 1996. Cumpriremos assim o mandato estabelecido no

Capítulo 28 da Agenda 21, adoptado no plenário da Cimeira da Terra no Rio de Janeiro, em Junho de 1992. Através destes Planos de Acção Local, contribuiremos para a implementação, do Quinto Programa de Ambiente da União Europeia, “Rumo à Sustentabilidade”. Os Planos de Acção Local deverão ser desenvolvidos com base na primeira parte da presente carta. -----

Para preparar os Planos de Acção Local, sugerimos o seguinte procedimento: -----

- conhecer os métodos de planificação e os mecanismos financeiros existentes, bem como os outros planos e programas; -----
- identificar sistematicamente os problemas e as suas causas, através da consulta ao público; ----
- definir o conceito de colectividade sustentável, com a participação de todos os seus membros;
- examinar e avaliar as estratégias alternativas do desenvolvimento; -----
- estabelecer um plano local de acção a longo prazo para a sustentabilidade, o qual deverá incluir objectivos avaliáveis; -----
- planificar a implementação do plano, preparando um calendário e precisando a repartição de responsabilidades entre os membros. -----

Deveremos verificar se as condições institucionais, referentes à estrutura interna das autoridades locais, são apropriadas e eficientes para garantir o estabelecimento e implementação dos Planos de Acção Local para a sustentabilidade, a longo prazo. Poderão ser necessários esforços para melhorar a capacidade de organização das nossas colectividades, nomeadamente no que diz respeito às disposições políticas, aos processos administrativos, aos métodos de trabalho colectivos e interdisciplinares, aos recursos humanos disponíveis e à cooperação entre as diferentes autoridades, incluindo as associações e as redes. -----

O Senhor Vereador Breda Marques voltou a intervir, referindo que a criação de formalização da Agenda XXI da Mealhada implicaria numa primeira fase a assinatura da Carta de Aalborg, a criação de um fórum participativo, onde estejam representadas também as instituições e empresas do Concelho. Numa segunda fase seria feito o diagnóstico do Concelho e finalmente a proposta de formalizar esta iniciativa. -----

O Senhor Presidente disse que vários Municípios ditos envolvidos na Agenda XXI não foram contemplados com a Bandeira Verde ECO XXI 2009, que foi atribuída ao Município da Mealhada e que significa que na realidade e sem qualquer artifício já estamos mais avançados nesta matéria. -----

A Senhora Vice-Presidente referiu que desde 2006 que têm sido desenvolvidos esforços no sentido da implementação da Agenda XXI Local. Em 2007 deslocou-se a Oliveira de Azeméis para colher mais informações, assistiu a

várias reuniões e seminários e reuniu toda a informação necessária. Após vários contactos, entendeu que se primeiro fossem desenvolvidas acções concretas, que envolvessem as populações localmente, depois mais fácil implementar a Agenda XXI. As actividades extra-curriculares da educação ambiental e cidadania foram criadas nesse espírito, criando hábitos de participação. Esta actividade acabou por envolver toda a comunidade escolar e as famílias. A escola é elemento fundamental na mobilização e hoje é um facto que a população está envolvida, participa nos diferentes desafios que lhe são propostos, está mais informada, mais interessada e mais critica. Estamos hoje mais preparados para desenvolver um projecto para todos e com todos. Acrescentou que entretanto se fizeram contactos com a Universidade Nova e com as universidades de Évora e de Aveiro, tendo as Universidades Nova e a de Évora colocado alguns problemas na concretização do projecto dada a distância. Foi então feito contacto com a Universidade de Aveiro no sentido de se estabelecer um protocolo, tendo ocorrido algumas reuniões com a Professora Doutora Teresa Fidelis e um seu assistente. Olhando para os projectos e acções que têm sido desenvolvidos nos últimos anos verificamos que o Município de Mealhada está de facto a ir ao encontro dos compromissos da Carta de Aalborg. -----

O Senhor Presidente disse achar interessante a proposta, mas que o Município de Mealhada neste caso não começou pelo princípio, com assinaturas de protocolos e compromissos desenvolvendo todo um trabalho que é visível e que mobilizou e mobiliza a população. -----

O Senhor Vereador Breda Marques disse perceber a dificuldade de mobilizar pessoas, mas temas como estes são muito apelativos. Aderir a esta Carta é dá-la a conhecer, é importante. -----

A Senhora Vice-Presidente disse que, a Educação Ambiental, o Projecto da Obesidade Zero, o Apoio Sénior, e a criação do Gabinete do Apoio Jovem, são projectos de desenvolvimento sustentável. -----

O Senhor Presidente disse que acolhe a sugestão, nomeadamente a assinatura da Carta de Aalborg e que se continuará a desenvolver trabalho no terreno. ----

11. CONCURSO DE ADMISSÃO DE MÉDICO VETERINÁRIO - REQUERIMENTO. -----

O Senhor Vereador Carlos Marques interveio para referir que o que pretende com o requerimento é esclarecer algumas questões, e absorver algumas explicações do âmbito funcional da Divisão, tendo o Senhor Presidente informado que o Senhor Chefe da Divisão estava de férias, e sugeriu que as respostas fossem dadas por escrito. -----

O Senhor Vereador Carlos Marques disse que iria colocar ao Senhor Presidente as questões que pretendia fazer ao Senhor Chefe da Divisão e que o Senhor Presidente responderia se estivesse em condições de o fazer. Assim, passou a ler o requerimento que a seguir se transcreve: -----

REQUERIMENTO-----

Exmo. Senhor Presidente -----

Da Câmara Municipal de Mealhada -----

O Concurso de Admissão de um Médico Veterinário para celebração de Contrato a Termo Resolutivo Certo em regime de Tempo Parcial e toda a envolvente posterior trouxeram à actualidade política Concelhia diferentes perspectivas sobre o mesmo assunto. -----

A minha e a dos autarcas socialistas da Câmara Municipal. -----

Questionei as funções para as quais o referido Médico Veterinário estava a ser contratado; suscitei as minhas dúvidas quanto à composição do Júri do concurso e subsequentes procedimentos; chamei à colação alegados impedimentos e incompatibilidades para o exercício e referi que a ambiência era mais vasta do que poderia parecer à partida porque é uma questão de Saúde pública, Segurança Alimentar, Licenciamentos e Confiança do Consumidor. ---

Além de toda a envolvente económica associada. -----

No entanto, as respostas a todas estas questões tardam. -----

Tardam, preocupantemente. -----

E tudo continua na mesma; na minha perspectiva, erradamente. Decorrendo do actual estado de coisas relativa à matéria explanada, solicito a V.Exa se digne agendar um ponto da Ordem do Dia da próxima Sessão de Câmara para se debater toda esta questão. -----

Mais solicito que na altura esteja presente o Senhor Chefe de Divisão com a respectiva responsabilidade e competência funcional. -----

Penso que a matéria exige um procedimento desta índole e poderá acrescentar mais valias à compreensão da mesma. -----

Mealhada, 19 de Junho de 09 -----

O Vereador (Carlos Marques) -----

O Senhor Presidente disse poder explicar o que se passou em relação ao abate do cão dito vadio na Pampilhosa. O referido cão foi abatido pelo Veterinário Municipal de Anadia, requisitado para a resolução do problema. Quanto às questões colocadas no requerimento do Senhor Vereador, o Senhor Chefe de Divisão fornecerá as respostas, nomeadamente as questões como as que colocou: horário de trabalho, vistorias que tem feito, eutanásias, empresa que remove os cadáveres, marca de rações para o canil, quem adquire as rações, registos de quarentena, entre outras. -----

O Senhor Vereador Breda Marques referiu que até hoje não deu nenhuma opinião sobre a matéria, porque teve sempre dificuldade em se pronunciar. Entende que já se estão a discutir questões que não têm qualquer sentido como por exemplo a ração que é dada aos cães. -----

O Senhor Vereador Carlos Marques disse entender que o requerimento por si apresentado é bastante claro e específico. Todas as questões colocadas têm um sentido e uma razão de ser. -----

12. CANIL MUNICIPAL - PROPOSTA. -----

A Câmara Municipal analisou a Proposta apresentada pelo Senhor Vereador Carlos Marques, que a seguir se transcreve: -----

-----PROPOSTA-----

Recentemente foi tornada pública uma realidade Concelhia que me preocupa pelo facto de envolver repercussões que, à partida, podem não ser bem identificadas. -----

A não existência do Canil Municipal (já que a sua não aprovação pela Direcção Geral de Veterinária equivale à sua não existência) no Concelho de Mealhada. -----

Considerando: -----

Que infra-estruturas deste género assumem relevância primordial nas Comunidades actuais; quer tutelando a Saúde Pública, quer protegendo e desenvolvendo políticas dirigidas aos animais; -----

Que a legislação em vigor coarcta toda esta possibilidade de intervenção municipal, a este nível, pelo facto de não haver homologação da referida estrutura existente no Concelho pelas autoridades competentes; -----

Que alegadas práticas lá efectuadas violam claramente a lei e predispõem a autarquia, e os autarcas, a responsabilidade civil e criminal; -----

Que a despesa a efectuar não é relevante sob ponto de vista custo/benefício. -----

Proponho: -----
Que a Câmara Municipal de Mealhada inicie obras de requalificação na estrutura (a que tem, erradamente, chamado Canil Municipal) no sentido de cumprir as exigências legais e, posteriormente, propor a aprovação do mesmo à autoridade competentes - a Direcção Geral de Veterinária. -----

Mealhada, 19 de Junho 09 -----

O Vereador (Carlos Marques) -----

O Senhor Vereador João Pires referiu que a existência de um canil municipal é bom para o Concelho e para a saúde pública, pelo que apoia a proposta. Referiu ainda que, se não existe rubrica no orçamento municipal deste ano, deverá acrescentar-se à proposta que a mesma seja incluída no próximo orçamento. -----

O Senhor Vereador Calhoa Morais disse concordar com o que foi dito pelo Senhor Vereador João Pires, contudo não se pode deliberar executar obras sem o necessário cabimento orçamental. -----

O Senhor Vereador Breda Marques referiu que se não existe rubrica para a obra, no orçamento deste ano, a proposta, não podendo ser aprovada nestes termos, deve ser alterada e uma vez que a Câmara Municipal aguarda um levantamento por parte do Veterinário em relação às necessidades do Canil Municipal. -----

O Senhor Vereador António Franco sugeriu que, uma vez que a Câmara Municipal já está diligenciar através do médico veterinário em funções no sentido de fazer um levantamento de todas as exigências para a execução de obras para o licenciamento do canil, se deveria esperar por esse levantamento e posteriormente tomar uma decisão. -----

O Senhor Vereador Carlos Marques disse que lhe parece que o argumento orçamental não é obstáculo, porque não é uma despesa relevante, alterar a proposta não é para si uma opção, pelo que estando a proposta feita solicita que a mesma seja posta a votação. -----

Com os votos a favor dos Senhores Vereadores Carlos Marques e João Pires, com a abstenção do Senhor Vereador Breda Marques, e os votos contra do Senhor Presidente, da Senhora Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores

Calhoa Morais e António Franco, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, rejeitar a proposta. -----

O Senhor Presidente referiu que votou contra a proposta por não existir rubrica orçamental, para a realização da obra o que não significa que não se faça o levantamento das necessidades para a execução de um canil que possa ser licenciado sem problemas de qualquer tipo. -----

AUSÊNCIA DA SENHORA VICE-PRESIDENTE - A Senhora Vice-Presidente ausentou-se da reunião, às 18 horas e 40 minutos, em serviço municipal. -----

13. PARQUE URBANO DA CIDADE - PROPOSTA. -----

A Câmara Municipal analisou a Proposta apresentada pelo Senhor Vereador Carlos Marques que a seguir se transcreve: -----

-----**PROPOSTA**-----

Recentemente, assumi uma posição política face à obra do Parque Urbano da Cidade. -----
Confrontei a execução da pista Pedonal/Ciclovía com o respectivo caderno de encargos e cheguei à conclusão que existe uma desconformidade patente. -----

Considerando: -----

Que toda a fundamentação que usei na demonstração dos factos concretos decorre de peças que integram o processo da obra; nomeadamente, caderno de encargos, articulado do caderno de encargos, autos de medição e autos de fiscalização; Que a reacção do executivo socialista foi ambígua e pouco convincente à realidade por mim denunciada publicamente; -----

Que o Senhor Presidente da Câmara usou de expressões, na Comunicação Social, que não se coadunam com a gravidade do caso e com as responsabilidades que sobre ele impendem; -----

Que pode criar-se, na opinião pública, uma anátema de suspeição em torno das razões que, penso, me assistem. -----

Proponho: -----

- Que se faça o caroteamento da dita pista Pedonal/Ciclovía e se mande analisar, em entidade competente e idónea, para se aferir da conformidade com o respectivo caderno de encargos. -

Mealhada, 19 de Junho de 09 -----

O Vereador (Carlos Marques) -----

O Senhor Vereador Carlos Marques referiu que a proposta é clara e a questão foi colocada por ele próprio, tendo tido desenvolvimento posterior pelo candidato do P.S.D. à Câmara Municipal. O referido candidato levantou também uma série de outras acusações que no entanto não lhe dizem respeito. O Vereador Carlos Marques referiu ter-se dirigido a várias empresas

com autoridade na matéria e falou directamente com o Senhor Professor Luís de Picado Santos, o qual é uma autoridade na matéria e teve também o cuidado de consultar outras quatro empresas nesta matéria. Propõe assim, que se faça um caroteamento e que depois este seja enviado a uma entidade competente na matéria para análise, por exemplo o Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Coimbra. A questão que coloca é se realmente a Câmara Municipal detectou que o material aplicado não era o que estava previsto no Caderno de Encargos, e porque se pagou o material que foi aplicado, tendo chegado à conclusão de que há uma diferença substancial, para mais, do valor do material que deveria ter sido aplicado. Referiu ainda, não ser sua intenção levantar suspeitas de corrupção ou outras semelhantes, mas o que estão em causa são dinheiros públicos e a questão deve ser esclarecida. -----

O Senhor Presidente disse que se pode concluir que o que foi aplicado não é o que está no Caderno de Encargos, não sendo necessário fazer qualquer caroteamento ou ensaio para comprovar esse facto. Aliás, a informação do Fiscal da obra é clara e os pedidos de esclarecimento ao projectista também o comprova. Também foi pedido parecer técnico ao IteCons / Universidade de Coimbra que se aguarda. -----

O Senhor Vereador João Pires referiu ter ficado admirado com a proposta, dado que a Câmara Municipal na última reunião deliberou solicitar um parecer técnico ao IteCons e que o Presidente da Comissão Política Concelhia do P.S.D. interpões uma acção sobre o assunto no Tribunal Administrativo de Viseu. Tendo em conta que se aguarda que o IteCons e o Tribunal Administrativo de Viseu se pronunciem sobre o assunto, acha esta proposta extemporânea. -----

O Senhor Vereador Carlos Marques referiu que o que está em discussão é muito claro, o que está aplicado não é o que está no Caderno de Encargos. Posteriormente chegou-se, de facto, à conclusão que se devia remeter para o IteCons para análise. Contudo outra questão foi levantada, ou seja, se as camadas que dizem estar aplicadas são as que estão efectivamente colocadas no piso. -----

O senhor Vereador António Franco disse que foi enviado ao IteCons uma cópia

do Caderno de Encargos e foi especificado o que foi aplicado pela empresa, tendo sido solicitado que se analisasse se como solução uma é melhor que a outra e foi ainda solicitado um estudo económico do material que foi colocado. Esse estudo só faz sentido, após a Câmara Municipal aprovar o que foi colocado. -----

O Senhor Presidente referiu que apesar de não ter conhecimento técnicos na matéria, prefere votar a favor da proposta, que na prática se destina a tentarem insinuar, caso seja rejeitada, que alguém estará feito com o empreiteiro, pelo que solicita à Câmara que vote a favor, por esse motivo. -----

O Senhor Presidente referiu que vota a favor da proposta, unicamente em defesa da honra de todos os membros do Executivo. -----

A proposta foi posta à votação, tendo votado a favor o Senhor Presidente, os Senhores Vereadores Carlos Marques e Calhoa Morais e votado contra os Senhores Vereadores António Franco, Breda Marques e João Pires. -----

O Senhor Vereador João Pires disse ter votado contra a proposta, por achar que a mesma se sobrepõe ao que foi decidido na última reunião, não havendo necessidade de gastar dinheiros públicos a efectuar uma sondagem que é à partida desnecessária, uma vez que o estudo solicitado ao IteCons dará a resposta em conformidade. -----

O Senhor Vereador António Franco referiu que votou contra, porque quer a fiscalização, quer o IteCons ainda não deram parecer formal ao tipo de pavimento aplicado e porque acha que a execução deste ensaio iria desperdiçar dinheiros públicos. Esta sondagem poderá ser relevante mas só após a aprovação pela Câmara Municipal do respectivo pavimento. -----

O Senhor Vereador Breda Marques referiu ter votado contra, uma vez que na última reunião da Câmara Municipal, concordou com uma proposta apresentada pelo Senhor Vereador João Pires, em que fosse solicitado ao Itecons uma averiguação sobre a qualidade dos materiais, tendo em atenção o material aplicado e o que estava previsto e ainda a respectiva utilização. Tendo em consideração o que expôs e representando assim um custo acrescido para o Município e reconhecendo ainda que o IteCons é uma entidade idónea, não parece correcto aprovar a proposta. Inclusive porque esta proposta não

vem acrescentar nada e vem pedir o mesmo sobre uma questão que já poderá estar resolvida. -----

Verificando um empate na votação, o Senhor Presidente declarou usar usou do voto de qualidade, a que tem direito, referindo que votou a favor pelos motivos já anteriormente expostos. -----

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta. -----

14. PAVIMENTAÇÃO DE VIAS DE COMUNICAÇÃO - PROPOSTA. -----

A Câmara Municipal analisou a Proposta apresentada pelo Senhor Vereador Carlos Marques que a seguir se transcreve: -----

-----PROPOSTA-----

Considerando: -----

Que se constata, com relativa facilidade, que existem deficiências na qualidade das obras de pavimentações de vias de comunicação promovidas pela Câmara Municipal de Mealhada. -----

A saber, só a título de exemplo: -----

- Pavimentação da estrada Mealhada/Barcouço, recentemente pavimentada e já bastante fissurada; -----

- Pavimentação da estrada Santa Luzia/Antes acabada de pavimentar, onde se processam, actualmente, trabalhos de "retalho" do pavimento e saneamento dos solos pelo facto de estar, incredivelmente, deformada em quase toda a sua extensão; -----

- Estrada Pampilhosa/Marmeleira recentemente pavimentada e já bastante deformada; -----

- Estrada Pampilhosa/En1-Carqueijo com zonas de deformação extensas e assíduas em toda a sua extensão; -----

- Pavimento da pista Pedonal/Ciclovia do Parque Urbano da Cidade de Mealhada não conforme caderno de encargos; -----

Proponho: -----

Uma sistematização de procedimentos que garanta um mínimo de qualidade neste tipo de obras. -----

Concretizando: -----

1- Pavimentação de valetas -----

. Colocação de tapete betuminoso a frio, de forma provisória, a aplicar em tempo razoável após o aterro das valas. Este tapete servirá para consolidação do aterro de valas e, paralelamente, garantir a regular circulação viária. -----

. Sempre que não se preveja a aplicação de uma camada geral de tapete betuminoso, deverá

ser sempre aplicada lama asfáltica na selagem das juntas de ligação entre a camada de tapete existente e a aplicada na reposição da vala. -----

2- Para obras de pavimentação com áreas superiores a 2000 m2 -----

. Camada de sub base e base: -----

Antes da aplicação do material -----

Ensaio das curvas granulométricas dos materiais de granulometria extensa, propostos para aplicação em conformidade com os cadernos de encargos. -----

Após aplicação -----

Ensaio de compactação das camadas de granulometria extensa, vulgo "tout-venant". -----

3- Para todas as obras de pavimentação -----

Camadas betuminosas -----

Ensaio da composição das massas betuminosas que se propõe aplicar e a sua confrontação com o previsto nos respectivos cadernos de encargos. -----

Caroteamento e análise da espessura das camadas efectivamente aplicadas e confrontação com o previsto nos respectivos cadernos de encargos. -----

4- Aquisição de equipamento completo de carotagem -----

Mealhada, 19 de Junho 09 -----

O Vereador (Carlos Marques) -----

COMPARÊNCIA DA SENHORA VICE-PRESIDENTE - A Senhora Vice-Presidente regressou à reunião, pelas 19 horas e 20 minutos. -----

O Senhor Vereador Carlos Marques perguntou se é natural fazer-se a obra e depois retalhar-se toda a estrada novamente. O que está em causa é um mero conjunto de sugestões que não tem como objectivo elucidar os técnicos da Câmara Municipal e com isto não quer dizer que os quadros técnicos da Câmara Municipal estejam a cumprir mal ou bem o seu trabalho. -----

O Senhor Presidente referiu achar que com esta proposta há uma clara invasão política da área técnica que é reprovável e fica apreensivo por isso. Os que são capazes de fazer prognósticos depois do jogo como é o caso, nunca assumiram riscos, bom será que se assumam antes. Referiu ainda que não podem ser os políticos a definir como é que deve ser elaborado um projecto técnico. Os políticos que constituem a Câmara Municipal aprovam os projectos em termos administrativos, baseados em pareceres técnicos e nunca o contrário, como parece pretender o autor da proposta. -----

O Senhor Vereador Breda Marques referiu que esta proposta parece querer significar que os quadros técnicos da Câmara Municipal não estão a desempenhar bem as suas funções e não sabe em que é que se fundamenta para ser apresentada. As sugestões referidas na mesma devem ser avaliadas pelos técnicos e não pelo Executivo da Câmara Municipal. -----

O Senhor Vereador Carlos Marques voltou a intervir, referindo que foi confrontado com o estado da estrada e não lhe pareceu correcto. Foi tentar saber se o que está a acontecer é correcto e disseram-lhe que não e que atendendo aos antecedentes daquela estrada Santa Luzia - Barcouço, deveria a Câmara Municipal e o empreiteiro ter tido cuidados redobrados. Não é normal que após ter sido aplicado o pavimento final, a estrada tenha abatido. Disse ainda, e respondendo à questão colocada pelo seu colega Vereador Breda Marques, na sua perspectiva detectou erros porque lhe disseram que o que foi feito agora deveria ter sido feito no início da obra. -----

O Senhor Presidente referiu que o que aconteceu foi, a seu ver, numa parte da vala do colector construído há mais de 13 ou 14 anos, e agora não intervencionada, que tinha apenas recebido tapete betuminoso a toda a largura da estrada. -----

O Senhor Vereador João Pires referiu que a proposta decorre é da visão pessoal do Senhor Vereador Carlos Marques, e não do P.S.D. mas é verdade que os estragos e os “remendos” da estrada não prestigiam o Concelho, nem quem planeia as intervenções. Acrescentou não conseguir tomar qualquer posição quanto a estes procedimentos, porque são meramente técnicos, que o transcendem e que só aos técnicos dizem respeito e a eles cabe decidir. -----

O Senhor Vereador António Franco referiu que não se pode aprovar um procedimento como este porque cada caso é um caso e o que se justifica num caso só causará mais problemas, se for generalizado. Acrescentou que não pode ser o Executivo a impor regras aos técnicos. -----

Não havendo mais intervenções sobre o assunto, o Senhor Presidente colocou a proposta à votação. -----

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com o voto a favor do Senhor Vereador Carlos Marques, com a abstenção do Senhor Vereador João Pires e

com os votos contra do Senhor Presidente, da Senhora Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Calhoa Morais, António Franco e Breda Marques, rejeitar a proposta. -----

O Senhor Presidente referiu que votou contra porque não pode assumir responsabilidades por soluções técnicas, que competem unicamente aos técnicos projectistas das diversas áreas. -----

A Senhora Vice-Presidente referiu que votou contra por não ter capacidade técnica nesta área para avaliar e não reconhecer ao Senhor Vereador Carlos Marques capacidade técnica para fazer tal proposta. -----

O Senhor Vereador Breda Marques referiu que votou contra, porque esta proposta parece significar que os quadros técnicos da Câmara Municipal não estão a desempenhar bem as suas funções. Como não conhece nenhuma averiguação de que haja erros ou omissões por parte dos técnicos e uma vez que entende que este procedimento tem de ser avaliado tecnicamente, não pode votar, favoravelmente, uma proposta técnica deste tipo. -----

O Senhor Vereador Carlos Marques referiu, no que concerne à intervenção do colega Vereador Breda Marques, estar cansado de tentarem associá-lo a algum movimento orquestrado no sentido de colocar em causa os quadros técnicos da Câmara Municipal. O que está em causa é tão somente um conjunto técnico de soluções, que não visa ensinar os quadros técnicos da Câmara. -----

15. ESTRADA SANTA LUZIA A BARCOUÇO E ESTRADA GRADA / ADÕES - PROPOSTA. -----

A Câmara Municipal analisou a Proposta apresentada pelo Senhor Vereador Carlos Marques que a seguir se transcreve: -----

-----PROPOSTA-----

No passado dia 18 de Junho visitei uma obra municipal que está em fase de conclusão. -----

Considerando que: -----

Na estrada/via de comunicação que liga Santa Luzia a Barcouço foi, já, aplicado o tapete betuminoso de desgaste (última camada), sendo o trabalho seguinte a pintura final, que deveria ser imediata porque a estrada não está sinalizada e tem lombas extremamente perigosas. Estranhamente, constatei, que o piso sofreu abatimentos na sua estrutura o que motivou uma intervenção profunda de saneamento dos solos. A estrada foi "esventrada" e "retalhada", ficando esta uma obra remendada e, conseqüentemente, mal executada. -----

Posso afirmar, sem rodeios, que se inverteu a sequência normal dos trabalhos; o que deveria ser feito no início está agora a ser feito, colocando em causa, de forma gritante e grosseira, a qualidade da obra. Curiosamente estas situações têm-se verificado noutras obras um pouco por todo o Concelho da Mealhada; vou referir um exemplo: a estrada Grada/Adões, concluída há bem pouco tempo, tem as valetas remendadas em quase toda a sua extensão. -----

Estas situações não podem ser, de todo, admissíveis e os avultados investimentos realizados devem ter, sempre, uma garantia de qualidade -----

Porque na política devemos contribuir, mesmo na oposição, com alternativas credíveis e objectivas que consubstanciem programas alternativos; -----

Proponho: -----

- Que se faça o caroteamento da obra em questão e da obra Grada/Adões, incluindo valetas, e se mande analisar, em entidade independente e idónea, a qualidade e a espessura dos materiais envolvidos, para se aferir da conformidade com os respectivos cadernos de encargos;
- Que a obra seja concluída com a aplicação de um novo tapete betuminoso final de desgaste.

Mealhada, 19 de Junho de 09 -----

O Vereador (Carlos Marques) -----

O Senhor Vereador António Franco referiu que se a proposta fosse dividida, votaria a favor da primeira sugestão e votaria contra a segunda, mas como não foi, votará contra a proposta. -----

O Senhor Presidente disse que já no ponto anterior, se referia à estrada Santa Luzia – Barcouço e que se trata de assunto que caberá à fiscalização da obra. --
A proposta foi posta à votação. Com o voto a favor do Senhor Vereador Carlos Marques, com a abstenção do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Breda Marques e João Pires e votos contra da Senhora Vice-Presidente e Senhores Vereadores Calhoa Morais e António Franco, a Câmara Municipal deliberou por maioria, rejeitar a proposta. -----

16. PISCINA MUNICIPAL DE MEALHADA - PROPOSTA. -----

A Câmara Municipal analisou a Proposta apresentada pelo Senhor Vereador Carlos Marques que a seguir se transcreve: -----

PROPOSTA-----

Considerando: -----

Que a Câmara Municipal de Mealhada, habitualmente, encerra a Piscina Municipal no mês de Julho, para manutenção. -----

Que este mês corresponde ao início do período de férias escolares; havendo, no Concelho, uma população considerável que não tem capacidade económica para garantir uma época de veraneio condigna e preenchida com o que há de mais básico. -----

Que atravessamos um período económico difícil onde, nas famílias, o lazer é, insistente e recorrentemente, substituído por bens de primeira necessidade. -----

Proponho: -----

Que nos meses de Julho e Agosto a Câmara Municipal de Mealhada "transforme" aquela infraestrutura numa área de lazer e de acesso a todos os Municípios do Concelho; que se abra o tecto da piscina e esta "assuma o papel" de piscina ao ar livre. -----

A zona envolvente pode ser aproveitada para criar uma ambiência de Veraneio a todos aqueles que assim o entendam, de forma gratuita, garantindo assim, também a alguns, um direito que é de todos: -----

Umás férias com o mínimo de dignidade e o acesso a equipamentos Municipais. -----

Que a manutenção da piscina se faça no mês de Setembro. -----

Mealhada, 19 de Junho de 09 -----

O Vereador (Carlos Marques) -----

O Senhor Vereador António Franco referiu que no mês de Setembro, não pode ser feita a manutenção da Piscina Municipal de Mealhada, porque é o início da época desportiva e das aulas. A piscina precisa necessariamente de um mês para manutenção. -----

O Senhor Presidente referiu que, para além do que foi referido anteriormente, foi feito um estudo que aponta no sentido de poder haver uma poupança significativa de gás e isso tem de ser analisado em Agosto, com a piscina sem água, conforme está programado. -----

O Senhor Vereador Breda Marques interveio para relembrar que fez uma proposta idêntica, nos anos 2005, 2006 e 2007. A sua proposta, atendendo a que não havia possibilidade de manter a piscina aberta por razões de manutenção, evoluiu no sentido de ser construído um tanque que funcionasse como piscina para acesso geral ao público, no jardim, em frente da piscina actual. -----

O Senhor Vereador João Pires referiu que quando viu a proposta entendeu que ao estar aberta em Agosto teria de fechar em Setembro. Concorda com a sugestão do seu colega Breda Marques, de construção de um tanque ao ar livre, para se poder usufruir em pleno da piscina. Quanto à proposta em

análise, esta não resolve nada, porque a piscina terá de fechar sempre um mês. -----

O Senhor Vereador Carlos Marques referiu que, sabendo os dados novos, não lhe repugna retirar esta proposta, adia-la ou reformulá-la. -----

O Senhor Presidente voltou a intervir, alertando para o facto de que a piscina tem um regulamento que foi aprovado pela Assembleia Municipal, que prevê o encerramento da piscina para manutenção no mês de Agosto. -----

O Senhor Vereador Carlos Marques interveio para comunicar que retira a proposta, o que foi aceite pela Câmara Municipal. -----

17. REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DE S. MARTINHO EM ARINHOS – INFORMAÇÃO - DESPACHO. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento do Despacho do Senhor Presidente, exarado em 22/05/2009, que aprovou as informações da Coordenadora Técnica, D. Graziela Bernardes e do Senhor Chefe da Divisão de água e Saneamento, de 19/05/2009 e 20/05/2009, respectivamente, sobre a obra mencionada em epígrafe. -----

18. RECONVERSÃO DOS VIVEIROS FLORESTAIS DE MEALHADA / PARQUE URBANO – PRORROGAÇÃO DE PRAZO. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de prorrogação de prazo de execução da obra mencionada em epígrafe, por 19 dias, nos termos da informação do Senhor Fiscal da Obra. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos.

19. RECONVERSÃO DOS VIVEIROS FLORESTAIS DE MEALHADA / PARQUE URBANO – TRABALHOS A MAIS. -----

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com o voto contra do Senhor Vereador Carlos Marques, ratificar o Despacho do Senhor Presidente, exarado em 8/06/2009, que aprovou a realização de trabalhos a mais, no valor de 8.372,06 €, na obra mencionada em epígrafe. -----

O Senhor Vereador Carlos Marques referiu que votou contra a ratificação do Despacho do Senhor Presidente, por entender que o preço proposto é muito elevado, atendendo ao preço da brita e subsequente colocação da mesma em obra. -----

AUSÊNCIA DA SENHORA VICE-PRESIDENTE - A Senhora Vice-Presidente ausentou-se da reunião, às 20 horas e 15 minutos. -----

20. PROJECTO DE LOTEAMENTO DA ÁREA URBANA DE GÉNESE ILEGAL DA ZONA DESPORTIVA DA MEALHADA - INFORMAÇÃO. -----

Após análise da informação de 29/05/2009, do Senhor Chefe da Divisão de Planeamento Urbano, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida informação e as sugestões/reclamações apresentadas no período de Discussão Pública, que decorreu a partir de 8 de Janeiro de 2009, pelo prazo de 15 dias, que a seguir se indicam: -----

- Alteração do processo de individualização dos lotes a criar, solicitado por Clara Maria Gomes Ferreira, Hélder Pereira Ferreira e Ivone Baptista dos Santos, e posteriormente discutido com os restantes comproprietários, o que originou uma nova divisão cadastral; -----

- Correção da informação constante na Planta Cadastral, solicitado por Clara Maria Gomes Ferreira; -----

- Aumento da área de construção para anexos, solicitado por Ivone Baptista dos Santos. -----

Deliberou ainda, não aprovar as seguintes sugestões/ reclamações: -----

- Realização da operação de reconversão sem quaisquer onus para os proprietários, solicitado por Ivone Baptista dos Santos; -----

- Não pagamento das compensações ao Município nos lotes com edificações existentes, solicitado por Ivone Baptista dos Santos; -----

- Não participação nos encargos das obras de urbanização, solicitado por Ivone Baptista dos Santos; -----

- O lote da piscina municipal deve ser considerado no mapa de cedências, solicitado por Ivone Baptista dos Santos. -----

Mais deliberou a Câmara Municipal, aprovar o projecto de loteamento e projectos de obras de urbanização da Área Urbana de Génese Ilegal da Zona Desportiva, fazendo menção dos elementos referidos nos artigos 24.º, 26.º e 33.º, da Lei n.º 91/95, de 2 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de Agosto e Lei n.º 10/2008, de 20 de Fevereiro, nos termos da já referida informação técnica. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos.

21. OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO DO PASSAL – CASAL COMBA - INFORMAÇÃO. -----

A Câmara Municipal analisou a informação do Senhor Chefe de Divisão de Planeamento Urbano, de 16/06/2009, sobre o assunto mencionado em epígrafe e deliberou, por unanimidade, aprovar a Operação de Loteamento do Passal, nos termos da referida informação técnica. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos.

22. LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES – ANÁLISE DE PROCESSOS DE OBRAS: -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento dos processos de obras particulares deferidos, por despacho do Senhor Vereador Calhoa Morais, proferidos de 4 a 24 de Junho, de 2009, no exercício das competências que lhe foram delegadas e subdelegadas pelo Presidente da Câmara no Despacho n.º 09/2006, de 20 de Março de 2006. -----

PROCESSO DE LOTEAMENTO URBANO N.º 7/1999 – JOAQUIM LUÍS DE MELO LUXO: -----

A Câmara Municipal pós análise do processo mencionado em epígrafe, a deliberou, por unanimidade, aprovar a informação de 23/06/2009, da Senhora Chefe da Divisão de Gestão Urbanística e homologar o Auto de Vistoria de Recepção Provisória e Redução Parcial de Caução das Obras de Urbanização tituladas pelo Alvará de Loteamento e Obras de Urbanização n.º 2/2003, de 15/06/2009, tendo os peritos concluído: pela não recepção provisória das obras de urbanização; pela redução do valor da caução prestada, correspondente a 90% da totalidade dos trabalhos executados, ou seja, no valor de 208.168,35 €; pela fixação de um remanescente, a favor da Câmara Municipal, no valor de 47.654,21 €, correspondente a 10% da totalidade dos trabalhos até agora executados e à totalidade dos trabalhos referentes aos Espaços Verdes; pela fixação de um prazo, que se sugere seja de 60 dias, para a correcção dos trabalhos, nos termos previstos no n.º 4, do artigo 87.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo

Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, findo o qual, não se verificando a regularização da situação, a Câmara Municipal deliberará proceder em conformidade com o disposto no artigo 84.º do mesmo diploma, no valor de 141.546,00 €. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos.

PROCESSO DE OBRAS N.º 22/2002/654 - LUSARUBI - MÁQUINAS PARA APLICAÇÃO DE MATERIAIS CERÂMICOS, LDA.: -----

Após análise do processo de obras mencionado em epígrafe, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, declarar a caducidade da licença, nos termos e com os fundamentos constantes da informação técnica de 03/06/2009. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos.

PROCESSO DE OBRAS N.º 22/2006/226 - MARIA DE FÁTIMA ROSA BATISTA REAL MENDES: -----

Após análise do processo de obras mencionado em epígrafe, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, declarar a caducidade da licença, nos termos e com os fundamentos constantes da informação técnica de 24/04/2009. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos.

— E, não havendo mais assuntos a tratar foi pelo Senhor Presidente da Câmara declarada como encerrada a reunião, pelas 20 horas e 50 minutos. -----

Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada por mim, _____, Cristina Maria Simões Olívia, e pelo Senhor Presidente da Câmara, em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.
